



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007487-96.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Espécies de Contratos**
 Requerente: **Keli Cristina dos Santos e outros**
 Requerido: **Bradesco Administradora de Consórcios Ltda e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Kely Cristina dos Santos, Evelyn Karina dos Santos e Lucas dos Santos movem ação de cobrança contra Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. e Bradesco Vida e Previdência S/A. São filhos de José Airton dos Santos, falecido em 11.02.2015, quando em execução um contrato com a primeira ré, administradora do consórcio, de consórcio para a aquisição de um veículo Novo Ford Fiesta 1.6, e de um contrato coligado com a segunda ré, seguradora, de seguro de proteção financeira. Sustentam que, com o falecimento de seu genitor, deveria haver a quitação, pela seguradora, do saldo devedor do contrato de consórcio existente por ocasião do falecimento. Todavia, as parcelas do consórcio continuaram a ser debitadas da conta bancária do falecido até o mês de outubro.2015, inclusive. Tais parcelas deverão ser restituídas. Se não bastasse, a quitação feita pela seguradora teve por referência o valor de um veículo Novo Sandero Authentique 1.0 16V Power, e não o contratado, Novo Ford Fiesta 1.6. Por fim, a administradora de consórcio recusou injustamente a outorga da carta de crédito. Os abusos causaram-lhes danos morais indenizáveis. Sob tais fundamentos, pedem (a) a condenação das rés na obrigação de fazer de entregar a carta de crédito de um Novo Ford Fiesta 1.6 ou outro com o mesmo valor (b) a condenação das rés ao pagamento do montante debitado da conta bancária após o falecimento, no valor de R\$ 7.028,47 (c) a condenação das rés ao pagamento de



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

indenização por danos morais (d) a condenação das rés ao pagamento da diferença entre o valor a ser despendido para a amortização do saldo devedor e o valor do bem contratado, Novo Ford Fiesta 1.6.

Contestação da administradora do consórcio às fls. 113/130, com preliminares de ausência de interesse de agir e inépcia da inicial no que diz respeito ao pedido de indenização por danos morais. No mérito, sustenta que a seguradora pagou o saldo devedor em 13.10.2015, estando quitado o contrato, e a cota, nos termos do contrato, foi contemplada em 16.10.2015, adotado o valor do bem vigente naquela assembleia, qual seja, R\$ 38.120,00, estando à disposição dos herdeiros, que deverão apresentar os documentos previstos nos Itens 31.12 e 32.1 do contrato. Quanto ao veículo que serve de base para o contrato, devido à descontinuidade de sua produção, em 30.01.2015 houve Assembleia Geral Extraordinária que elegeu o Novo Sandero Authentique 1.0 16V Power em substituição. Tudo em conformidade com o Item 25.3.III do contrato. Impugna os danos morais. Pede a improcedência.

Contestação da seguradora às fls. 230/242, alegando, em preliminar, impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, afirma que o sinistro foi integralmente liquidado, quitando-se o saldo devedor junto à administradora do consórcio. Impugna a alegação de danos morais e de danos materiais.

Réplica às fls. 316/323, impugnando-se as preliminares e acrescentando que a convocação do pai dos autores, para a Assembleia Geral Extraordinária, foi irregular.

A seguradora peticiona às fls. 331/332, alegando que, após a quitação do saldo devedor, efetuou o pagamento do saldo remanescente aos beneficiários do falecido.

Manifestaram-se os autores, às fls. 340/341.

Sobre o saldo remanescente, os autores se manifestaram novamente, às fls. 340/341 explicitando que os valores recebidos, como diferença, foram calculados sobre a amortização do saldo devedor de bem diverso do contratado e, por tal motivo, a diferença deve



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ser recalculada.

Às fls. 342 o juízo oportunizou contraditório aos réus para defesa a propósito do argumento dos autores de que a convocação para a Assembleia Geral Extraordinária foi irregular, e para comprovar a convocação.

A ré, às fls. 345, limitou-se a reiterar o argumento de que já efetivou a quitação total.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que os autores postularam o julgamento antecipado de modo expresse, fls. 340/341.

A preliminar de impossibilidade jurídica do pedido, alegada pela seguradora, não será conhecida pelo juízo, vez que a referida condição da ação não veio contemplada no CPC-15, não mais subsistindo em nosso sistema processual.

A preliminar de ausência de interesse processual haverá de ser repelida porquanto presente pretensão resistida e a via eleita é adequada.

A preliminar de inépcia da inicial no que diz respeito ao pedido de indenização por danos morais também terá de ser afastada vez que a inicial contém os elementos necessários, pertinentes à causa de pedir e ao pedido, para o julgamento desse pleito pelo mérito.

Ingresso no mérito.

A substituição do veículo referenciado pelo Novo Sandero Authentique 1.0 16V Power deu-se por decisão tomada em Assembleia Geral Extraordinária, conforme comprovado às fls. 131/132, lendo-se no referido documento que houve a prévia convocação por carta simples.

Todavia, observamos nos Itens 25.7 e 25.8 do contrato, conforme fls. 90, que a convocação teria de se dar por carta com aviso de recebimento, telegrama ou correspondência



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

eletrônica.

Sendo assim, aquela deliberação assemblear foi nula porque tomada sem os consorciados fossem convocados pela forma prevista no próprio contrato, situação que, indiscutivelmente, cerceou o direito dos consorciados de terem conhecimento efetivo a assembleia e de deliberarem a respeito.

Aliás, tanto o descumprimento da formalidade trouxe prejuízo que, como vemos na ata da assembleia, fls. 131/132, nenhum consorciado ou procurador compareceu na ocasião, nem votou por outro meio.

Note-se que o juízo oportunizou à ré, fls. 342, a comprovação de que respeitou a forma prevista.

A ré, porém, nada comprovou e sequer argumentou sobre o tema, fls. 345.

Não há prova nenhuma a propósito de como houve a notificação.

Levando tal fato em consideração, será considerada ineficaz a deliberação pela qual, em 30.01.2015, escolheu-se o Novo Sandero Authentique 1.0 16V Power, em substituição ao Novo Ford Fiesta 1.6, como bem de referência.

Saliente-se que a parte autora comprovou, conforme fls. 48/50, o prejuízo econômico decorrente da substituição.

Nada indica, frise-se, que o Ford Fiesta 1.6 16V Flex Mec. 5p, da Tabela FIPE de fl. 48, não seria o equivalente natural para ser adotado, em substituição ao Novo Ford Fiesta 1.6, bem de referência vigente quando da deliberação assemblear.

Por tal razão, será aceito o bem / valor da tabela de fls. 48.

Tendo em vista, porém, que no caso dos autos houve o cumprimento parcial da obrigação, não será possível a imposição de obrigação de fazer consistente em entregar carta de crédito.

O que se admitirá, por certo, é a condenação ao cumprimento de obrigação de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pagar quantia consistente na diferença entre o valor pago pela seguradora (fls. 333/335) e o que deveria ter pago se tivesse levado em consideração, como bem de referência, o automóvel Ford Fiesta 1.6 16V Flex Mec. 5p, da Tabela FIPE de fl. 48.

Cumpre, aqui, proferir desde já sentença líquida a este respeito, vez que há informações suficientes nos autos para que o provimento judicial seja facilmente executável.

Com efeito, basta identificar a diferença no valor de cada veículo.

O que está sendo adotado pelo juízo tinha, em junho/2016, o valor de R\$ 55.085,00 (fls. 48), enquanto que o adotado pelas rés tinha, no mesmo mês, o valor de R\$ 38.120,00 (fls. 50). A diferença atualizada, R\$ 16.965,00, é a que deverá ser paga aos autores, sendo R\$ 5.655,00 para cada autor.

Impõe-se, ainda, a condenação das rés ao pagamento do montante debitado da conta bancária após o falecimento, pois que o óbito é o fato gerador da obrigação da seguradora de quitar o saldo devedor remanescente e, a partir dele, não tem mais o consorciado ou seu espólio a obrigação contratual. Os descontos na conta bancária, levados a efeito após o óbito, devem ser ressarcidos. Pena de desequilíbrio contratual, mesmo porque os interessados não tem controle algum sobre o tempo levado para a finalização da regulação do sinistro.

O valor a ser ressarcido será o indicado na inicial, vez que não houve impugnação específica e satisfatória, pelas rés, em contestação.

O pedido de indenização por danos morais deve ser rejeitado, vez que os ilícitos identificados nesta ação não são capazes de ensejar danos dessa natureza.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para condenar as rés, solidariamente, ao pagamento de **(a)** R\$ 7.028,47, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde a propositura da ação, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação **(b)** R\$ 16.965,00, com atualização monetária pela tabela do TJSP desde junho/2016, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Para fixar a proporção de sucumbência das partes, observo que a expressão econômica do pedido, em conformidade com o valor atribuído à causa, corresponde a R\$ 55.085,00. As rés foram condenadas a pagar, porém 23.993,47, o que equivale a 43,56%.

Temos, portanto, que os autores arcarão com 56,44% das custas e despesas, observada a AJG, e as rés com 43,56%.

Condeno as rés a pagarem ao advogado ou sociedade de advogados do autor honorários arbitrados em 15% sobre o valor da condenação.

O proveito econômico das rés foi de R\$ 55.085,00 - R\$ 23.993,47 = R\$ 31.091,53. Condeno os autores a pagarem ao advogado ou sociedade de advogados de cada ré honorários arbitrados em 15% sobre R\$ 31.091,53, com atualização desde a propositura, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 11 de novembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**